

**Entre leitor, escriba e autor:
reescrevendo Paulo nosertão, por Antonio Conselheiro**

Betweenreader, scribe and auththor:
Rewriting Paulo in the back lands, by Antonio Conselheiro

*Pedro Lima Vasconcellos**



<https://doi.org/10.29327/256659.13.1-14>

Resumo: o artigo identifica traços do pensamento do líder do Belo Monte (Canudos) que aparecem de alguma forma vinculados aos escritos de Paulo de Tarso presentes no Novo Testamento. Nota também como a relação que Antonio Conselheiro estabelece com os referidos textos combina liberdade interpretativa, reelaboração criativa e mesmo recusa em aceitar sentidos que eram apresentados como óbvios a esta ou aquela passagem. Com isso se apontam caminhos pelos quais se pode perceber como os textos paulinos fizeram história, pela pena e pela ação de Antonio Conselheiro na vida e nas esperanças de milhares de pessoas que apostaram seu presente e seu futuro edificando um povoado peculiar, afinal destruído pela conjugação de forças entre os poderes político, militar e eclesiástico, em 1897.

Palavras-chave: Novo Testamento; Paulo; Manuscritos de Antonio Conselheiro; Escatologia.

Abstract: the article identifies traces of the thought of the Belo Monte (Canudos) leader that appear somehow linked to the writings of Paul of Tarsus present in the New Testament. It also notes how the relationship that Antonio Conselheiro establishes with these texts combines interpretative freedom, creative reworking and even refusal to accept meanings that were presented as obvious to this or that passage. This points to ways in which one can perceive how the Pauline texts have made history, through the pen and the action of Antonio Conselheiro in the lives and hopes of thousands of people who gambled their present and their future building a peculiar settlement, finally destroyed by the joining of forces between political, military and ecclesiastical powers in 1897.

Keywords: New Testament; Paul; Antonio Conselheiro's manuscripts; Eschatology.

Introdução

A leitura dos dois cadernos encontrados em meio aos escombros do Belo Monte (Canudos) destruído pelas tropas republicanas nos inícios de outubro de

*Mestre e livre-docente em Ciências da Religião, doutor em Ciências Sociais e pós-doutor em História. Professor na Unidade Educacional Palmeira dos Índios e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).
E-mail: plvascon@uol.com.br

1897 é reveladora sob vários aspectos. Permite não só a tomada de conhecimento das referências que embasavam as ações e o horizonte de Antonio Vicente Mendes Maciel, o Antonio Conselheiro, nome que aparece como responsável pela confecção e pelos conteúdos dos referidos documentos, mas também fazem perceber como o pensamento aí expresso derivava tanto das leituras e do repertório acumulado por aquele peregrino dos sertões, como das interações que veio tecendo com tantos contingentes e sujeitos com os quais se defrontou, em uma acidentada e intrigante biografia.

Fixo-me aqui no material que, por razões a serem indicadas, chamo de “caderno de 1995”, e nele investigo os lugares que podem ter ocupado alguns manejos que seu autor mostra ter feito com textos atribuídos, pela tradição eclesiástica, porque presentes no Novo Testamento, ao principal líder do cristianismo dos primórdios, a saber, o apóstolo Paulo. Início com uma apresentação geral sobre a familiaridade que o Conselheiro revela ter com o texto sagrado do universo cristão, algo a se destacar no contexto católico em que ele se formou e ao qual se via radicalmente vinculado, e sigo com o estudo de algumas passagens particulares, ilustrativas do lugar de centralidade que se pode identificar para o “apóstolo dos gentios” e seus escritos na produção e ação do líder sertanejo em interação com seu séquito.

Antonio Conselheiro, um escritor “biblado”

A surpresa que acomete quem se aproxima aos cadernos que levam o nome de Antonio Vicente Mendes Maciel, o Antonio Conselheiro, ao constatar a abundante presença de textos e referências bíblicas ao longo de suas páginas só não é maior que a admiração prévia derivada da constatação da existência destes dois cadernos, cada qual com centenas de páginas, devidos à pena do líder do Belo Monte (com o suporte oportuno de algum amanuense). Isto porque tal produção, se não simplesmente ignorada, tem sido, o mais das vezes, tratada com certo desdém, possivelmente por seus conteúdos não corresponderem às expectativas de quem deles se aproximou sem a sensibilidade devida diante do temário e linguajar religiosos que os caracterizam.

Desde Euclides da Cunha e a caricatura que fez tanto do Conselheiro quanto da gente que com ele fez o vilarejo no sertão da Bahia, particularmente nos seus fatídicos capítulos 4 e 5 da Parte II d’*Os sertões*, vários campos como as ciências sociais, a historiografia e a crítica literária têm tido evidentes dificuldades para uma abordagem dos escritos em questão. Ou são tomados como de

pouca ou nenhuma significância para a investigação daquilo que costuma interessar na temática (particularmente as questões de ordem social e política), ou seus conteúdos são lidos como meras reproduções do que se costumava propalar nos ambientes católicos de então.

Ao fim e ao cabo, conclui-se pela irrelevância, em termos práticos, dos referidos materiais. E continua a vigorar, seja no âmbito da academia como em meio a um público mais amplo, a avaliação venenosa de Euclides: entre os despojos mais cobiçados pelos vitoriosos eram os escritos, quaisquer que fossem eles, que não passavam de

pobres papéis, em que a ortografia bárbara corria parrelhas com os mais ingênuos absurdos e a escrita irregular e feia parecia fotografar o pensamento torturado [... e] resumiam a psicologia da luta. Valiam tudo porque nada valiam. Registravam as prédicas de Antonio Conselheiro; e, lendo-as, põe-se de manifesto quanto eram elas afinal inócuas, refletindo o turvamento intelectual de um infeliz. Porque o que nelas vibra em todas as linhas, é a mesma religiosidade difusa e incongruente, bem pouca significação política permitindo emprestar-se às tendências messiânicas expostas (CUNHA, 2001, p. 318).

Diga-se de uma só vez: Euclides não conheceu os cadernos que, levando o nome do Conselheiro, mereceram dele esta contundente avaliação. Mas a simples disponibilização deles para um público mais amplo, um datado de 1897, ano da guerra que haveria de dizimar o Belo Monte (In: Nogueira, 1974), outro, de dois anos antes (CONSELHEIRO, 2017), determina que a interdição seja suspensa, com uma abordagem mais cuidadosa de seus conteúdos. E o esforço para identificar os sentidos que o líder daquele povoado terá vislumbrado para o invento que com sua gente cotidianamente ia tecendo o exige. Algo começou a ser feito neste sentido (OTTEN, 1990, para o caderno de 1897; VASCONCELOS, 2017, para o de 1895), em meio a uma postura mais geral diante do material que vagueia entre a curiosidade e a indiferença. O que aqui segue entra em alguns meandros, salientando esta dupla dimensão que claramente aparece na relação que o Conselheiro estabelece com o texto sagrado que tem em mãos, a saber, a Bíblia cristã: escriba e autor.

Se não há praticamente nada estudado a respeito da presença do texto bíblico nas sertanias do Oitocentos, na situação específica do Conselheiro não se pode avançar além de generalidades, ao menos até agora, no que diz respeito ao

histórico do manuseio que ele possa ter feito do livro sagrado cristão. José Calasans, sem oferecer mais detalhes, garante que “ele era uma pessoa que desde 1874 [ou seja, praticamente desde os inícios de sua atividade como peregrino dos sertões] lia direto a Bíblia” e menciona entrevista em que “um sujeito de Maceté [vilarejo no sertão da Bahia]” dizia ser ele, o Conselheiro, um “‘biblado’, um homem que sabia a Bíblia” (CALASANS, 1997, p. 17). Portanto, praticamente tudo que puder ser afirmado deverá ter por base a avaliação dos escritos que saíram de sua pena, aqueles já mencionados. Neles se encontra um recurso significativo a temas e a passagens bíblicas; ambos os cadernos têm seções reservadas à extração de versículos bíblicos (alguns parafrazeados, outros comentados, e nas demais seções de um e outro ela também se faz presente). Mas não só.

A Bíblia ocupa nos cadernos de prédicas de Antonio Conselheiro a função de referencial. No manuscrito de 1895 são várias as histórias bíblicas narradas pelo Conselheiro, e no meio delas um alongamento sugestivo sobre os episódios do êxodo e dos inícios do povo de Israel. E a Bíblia não aparece apenas para confirmar teses ou afirmações anteriormente elaboradas: os temas do Conselheiro, salvo algumas exceções, são diretamente bíblicos (VASCONCELLOS, 2015, p. 200-207).

Os procedimentos hermenêuticos, se assumem as práticas costumeiramente encontradas em textos eclesiásticos, não deixam de apontar invenções significativas, na escolha dos enredos a serem narrados e comentados, de versículos (ou, em alguns casos, passagens mais extensas) a serem recolhidos, expostos isoladamente ou em combinação, com ou sem comentários adicionais (VASCONCELLOS, 2017, p. 104-124). Estes escritos reproduzem na letra conteúdos pensados em vistas à “salvação dos homens”, como se lê na folha de rosto do caderno de 1895, conteúdos estes proclamados em voz potente e sedutora, capazes de congregar ouvidos atentos em grande quantidade, ao redor daquele pregador que, nas memórias de uma sobrevivente ao massacre, “só dava conselhos bons” (TAVARES, 1993, p. 40).

Dentro da Bíblia, Paulo

A escolha que aqui faço por avaliar as abordagens que nos cadernos que levam o nome de Antonio Conselheiro são feitas dos escritos neotestamentários atribuídos a Paulo de Tarso não se devem em primeiro lugar a uma presença destes últimos numa intensidade ou num modo que pudessem ser tomados por

excepcionais no que diz respeito ao recurso – isto sim, algo afetivamente notável – que se faz de maneira geral aos textos bíblicos.

Tomada a questão numa determinada perspectiva mais geral e menos atenta aos detalhes, poder-se-ia dizer mesmo que Antonio Conselheiro maneja os textos paulinos e lhes confere centralidade similar àquela já notada argutamente a respeito do *Compêndio narrativo do peregrino da América*, obra de imensa repercussão desde que foi publicada pela primeira vez, por volta de 1730, e mesmo depois que, após algumas reedições, caiu sob a censura marcada pelos movimentos pombalinos e teve sua divulgação suspensa.

Obra de Nuno Marques Pereira, de quem se sabe quase nada; produzida no Brasil, mas publicada em Portugal, este “romance” (*avant la lettre*) em forma de alegoria versando sobre uma colônia que, agraciada pela cristianização, teimava em deixar nela vicejarem os vícios e as idolatrias, impactou de maneira significativa, especialmente no sertão nordestino, a cultura do século que não mais a viu publicada, por vias que inevitavelmente passam pela oralidade, mas que, a rigor, continuam desconhecidas. Deste título já foi dito o seguinte:

as cartas de São Paulo perpassam toda a narrativa, como a maior referência do pensamento religioso, sendo também a fonte dos temas da peregrinação, vida do estrangeiro em constante caminhada, busca da comunidade fraterna e da morada dos homens (ADRIANO FILHO, 2013, p. 221).

Mas no caso dos cadernos com o nome do Conselheiro é possível dizer mais: as citações de textos bíblicos aí encontradas jogam papel decisivo na constituição daquilo que já foi chamado “teologia condescendente” (OTTEN, 1990, p. 284) do líder do Belo Monte. E se isto vale de forma geral, aplica-se de forma ainda mais expressiva às referências aos textos neotestamentários atribuídos a Paulo. Não é o caso de proceder aqui a um inventário destas citações: basta mencionar uma passagem que comparece mais de uma vez nas páginas escritas por Antonio Conselheiro ou sob sua supervisão. Ei-la, inicialmente em latim, como consta na página conselheirista “*Non sicut delictum, ita et donum... Ubi autem abundavit delictum, superabundavit gratia*”. A citação é acompanhada da tradução: “Não foi tão grande o pecado como o benefício; onde abundou o pecado superabundou a graça” (CONSELHEIRO, 2017, p. 15).

A propósito desta referência, algumas ponderações, a começar de seu caráter bilíngue latim-português. Como esta característica não se encontra apenas

na reprodução desta passagem, mas de várias outras, e ainda por outras razões que ainda serão apontadas, há que se supor que uma edição da Bíblia com esta configuração particular lhe estivesse (ou tenha estado) à disposição: ele demanda que ao Conselheiro estivesse disponível uma Bíblia com esta configuração. Não parece suficiente apelar apenas à memória do escritor.

Outra observação cabe a respeito da tradução da passagem ao português. Se o texto latino reproduz com exatidão aquilo que se lia à época, ou seja, aquele oficializado pela Igreja Católica na virada para o século XVII, após o concílio de Trento, a versão ao português sofre uma ligeira alteração que, se não compromete o sentido pretendido pelo tradutor ao português nas edições que corriam à época, ou seja, o padre Antonio Pereira de Figueiredo, evidencia com maior lucidez o sentido pretendido: lá onde as edições diziam “não é assim o dom, como o pecado”, no escrito conselheirista se propõe, como já visto, “Não foi tão grande o pecado como o benefício”. No mínimo a paráfrase torna melhor compreensível a quem leia/escute a incomparabilidade das grandezas do pecado e da graça divina, algo que fica ainda mais explicitado na sequência da citação.

Que esta ênfase tenha sido intencional se pode suspeitar, visto que o escritor opera uma combinação entre dois fragmentos de versículos, separados no texto paulino por algumas linhas. Com efeito, a primeira oração, relacionando delito e benefício, consiste na primeira parte do v. 15 do capítulo 5 da *Carta aos romanos*, enquanto o que se segue, articulando pecado e graça, corresponde ao que se lê na segunda parte do v. 20 do mesmo capítulo (no texto do Conselheiro estas indicações são feitas de modo impreciso). Como resultado o que se tem é um paralelo entre uma sentença e outra, que reforça a ideia principal, a da superioridade absoluta da dádiva divina frente à falta humana.

Mais uma ponderação, agora relativa ao contexto literário em que esta passagem aparece, nos termos acima indicados. Tal contexto há de ser pensado em duas amplitudes. Primeiramente, a passagem compõe meditação cujo tema é o primeiro mandamento do Decálogo, a saber, aquele referente ao amor que devido a Deus, acima de tudo e todas as coisas. E o que surpreende é que, em seu desenrolar, a perspectiva que se desnuda como eixo condutor da reflexão não é o débito humano, mas a iniciativa amorosa divina em favor da humanidade, diante da qual se espera a devida reciprocidade. Algo que a referida citação reitera de forma categórica. E nisto o Conselheiro deixa patente, desde o início de suas a-

notações, o quão distante ele se situa da visão expressa em uma das fontes que reconhecidamente, com base em variados testemunhos, lhe serviam de referência escrita: o volume conhecido como *Missão abreviada* (para esta intertextualidade, Otten [1990, p. 274-287] e Vasconcelos [2015, p. 258-260; 2017, p. 77-92]).

Um enquadramento mais imediato só vem confirmar o que vem sendo apontado. É que a passagem paulina citada, na combinação que acabou de ser evidenciada, ocorre meio a um parágrafo particularmente carregado, em que as citações de variadas procedências se articulam para adensar a potencialidade do teor a ser comunicado. Senão vejamos:

São Lucas afirma que Jesus Cristo nos alcançou mais bem por sua morte do que o demônio nos fez mal pelo pecado de Adão. É isto que diz claramente o Apóstolo aos romanos: [segue a citação]. O cardeal Hugo exprime assim estas palavras: a graça de Jesus Cristo pode mais que o pecado. Não há comparação, diz o Apóstolo, entre o pecado do homem e o benefício que Deus nos fez dando-nos a Jesus Cristo (CONSELHEIRO, 2017, p. 15-16).

O dito paulino, reconfigurado nos termos acima expostos, é antecedido de uma referência a um personagem a quem se atribui tradicionalmente a escrita de um dos quatro evangelhos constitutivos do Novo Testamento, e ainda de uma obra conhecida com o título *Atos dos apóstolos*. Não é possível identificar com precisão a que passagem o texto conselheirista estaria aludindo, da mesma forma como não é possível identificar em que escrito se está pensando, atribuído a um certo cardeal Hugo, que aparece em mais alguma página conselheirista (talvez se trate daquele teólogo dominicano da primeira metade do século XIII a quem se costuma atribuir a divisão da Bíblia cristã em capítulos).

O parágrafo se encerra com mais uma alusão a Paulo, mais uma vez com o costumeiro epíteto “apóstolo”, e não é difícil perceber como as quatro referências (Lucas, Paulo, Hugo e mais uma vez Paulo) apontam para a mesma direção, convergem no mesmo acento da grandiosidade do amor divino, perante o que a pecaminosidade própria ao ser humana se vê apequenada.

Portanto, como se vê, não apenas Paulo comparece à elaboração reflexiva do Conselheiro, mas o faz contribuindo para marcar algo que distinguia a proclamação do peregrino, agora líder do Belo Monte, daquelas a que a população sertaneja que acorria a missas e missões estava acostumada a ouvir, focadas que costumavam estar nas ameaças divinas e nos terrores infernais (SILVA, 2017, p.

43-69). Mas é hora de passar a outros dois momentos da produção conselheirista, em que textos paulinos são diretamente visados.

Interditando Paulo

O caderno que leva a data de 1895 carrega uma folha de rosto que carrega um título, ao qual já se fez alusão: *Apontamentos dos preceitos da divina lei de nosso senhor Jesus Cristo, para a salvação dos homens* (a partir de agora cito-o abreviadamente: *Apontamentos*). Este título, contudo, não abre o caderno em sua inteireza, mas apenas algo como uma terça parte dele, as últimas duzentas e cinquenta de umas tantas oitocentas páginas que compõem o conjunto.

As quinhentas e cinquenta iniciais consistem numa transcrição do Novo Testamento que veio a ser interrompida, por razões que podem apenas ser suspeitadas, no final do capítulo 12 da *Carta aos romanos*, justamente após um versículo que, coincidentemente, haveria de comparecer no bojo de mais uma das meditações componentes dos mencionados *Apontamentos*, aquela que versa sobre o mandamento de não matar: “E São Paulo diz: que vencemos o mal com o bem” (CONSELHEIRO, 2017, p. 70). A isto se segue a referida folha de rosto, que abre uma sessão em que Antonio Maciel anota, não mais o texto sagrado em sua continuação, mas aquilo que resulta de suas reflexões, leituras, interações e entendimentos.

Mas cabe aqui destacar que esta passagem de copista a autor é brusca e perturbadora, demandando explicação que só pode ser suspeitada. Primeiramente há que se chamar atenção o fato mesmo da transcrição, sugerindo tanto que o Conselheiro não tivesse acesso a um exemplar da Bíblia que pudesse chamar de seu como que seu conteúdo, particularmente o do Novo Testamento, lhe fosse particularmente caro; daí ter tomado de empréstimo um volume e passado a reproduzi-lo em seu caderno de notas. O trabalho transcorreu num período que não é possível precisar, mas se estendeu até meados de 1895, o que se atesta pela data em que se lê na folha de rosto que indica tanto a suspensão da cópia como o início do trabalho especificamente autoral do Conselheiro: 24 de maio deste ano.

Quanto à transcrição, não entro em mais considerações: na verdade ela está à espera de estudo mais detido e pormenorizado. Um poucas observações dão conta de uma reprodução bastante exata do texto bíblico disponível, aquele preparado pelo padre Antonio Pereira de Figueiredo, já mencionado, em que não

faltam, contudo, uma e outra alteração, cuja intencionalidade precisa ser avaliada caso a caso (não basta a simples constatação, como faz Peres [2002, p. 24-25]). Mas o abrupto da interrupção da cópia é que está aqui sob foco, e aqui é preciso estabelecer a conexão entre estes elementos fundamentais: 1) as circunstâncias aproximadas em que ocorre a suspensão da cópia; 2) a passagem do texto bíblico a partir da qual a transcrição se vê interdita.

Já foi notada a proximidade temporal entre o início da confecção dos *Apontamentos* e o término, também abrupto, de um evento traumático, cujos desdobramentos se mostrariam mortíferos, a médio prazo, selando o destino brutal que se imporia ao Belo Monte de Antonio Conselheiro e sua gente. Refiro-me à missão religiosa, comandada por um frade capuchinho, de nome João Evangelista de Monte Marciano, que se fazia acompanhar, nesta tarefa, de um confrade e do vigário da região (para o detalhamento da missão, do relatório que a publiciza e dos desdobramentos, veja VASCONCELLOS, 2021). Ela foi encerrada antes do tempo previsto, depois que o missionário comandante das atividades se deu conta da impossibilidade de alcançar o objetivo específico para o qual a empreitada tinha sido levada a cabo: alcançar a dissolução do povoado pelo regresso de seus habitantes a seus respectivos lugares de origem. Importante, contudo, é não apenas identificar a convergência temporal entre a ruptura que, na pessoa de frei João, a hierarquia católica em sua mais alta esfera soteropolitana e o governo do estado, que haviam solicitado a missão, estabeleceram com relação ao povoado conselheirista, e a decisão de Antonio Maciel em colocar por escrito seus *Apontamentos*.

Cabe notar que a missão capuchinha terá impactado também, e por anterioridade, na determinação do líder sertanejo em não prosseguir na transcrição do Novo Testamento. Isto se mostra mais candente quando se dá atenção à passagem que, se avançasse na cópia, ele teria de reproduzir: “todo homem esteja sujeito às potestades superiores; porque não há potestade que não venha de deus; e as que há, essas foram por Deus ordenadas”.

Esta passagem abre o capítulo 13 da *Carta aos romanos* e ficou famosa por ter sido, ao longo dos séculos em que teve vigência a dinâmica da cristandade, fundamento ao qual frequentemente se recorreu para sustentar a necessidade, imperiosa em termos religiosos da submissão aos poderes constituídos. Foi, segundo testemunha o próprio frei João no relatório sobre a missão que assinou

e fez publicar em fins de junho de 1895, o teor da primeira discussão que ele travou com Antonio Conselheiro. Aproveitando-se de uma declaração deste, de que não reconhecia a República, o missionário teria emendado: “Senhor, se é católico, deve considerar que a Igreja condena as revoltas, e, aceitando todas as formas de governo, ensina que os poderes constituídos regem os povos, em nome de Deus” (MARCIANO, 1987, p. 4).

Ou seja, a passagem que o Conselheiro acabara de ouvir, “quase, sem variantes, a frase de S. Paulo, em pleno reinado de Nero” (CUNHA, 2001, p. 324), era justamente aquela que, seguramente por conta do incidente funesto da missão, dos termos em que ela foi estabelecida e de seu final inesperado, acabaria por não ser reproduzida no caderno em que o Novo Testamento estava sendo copiado. Missão interrompida, transcrição suspensa, interdito à espera de solução. É que esta passagem paulina, ao chegar ao Conselheiro pela via do missionário, antes que pelo folhear das páginas que ia reproduzindo, apontou-lhe um impasse. O Apóstolo lhe soava, ao comparecer pela voz do missionário italiano, incompatível com o conselheiro que animava no percurso dos caminhos que levariam ao céu (CONSELHEIRO, 2017, p. 9-10), que tinha indicações preciosas sobre o falso testemunho e o perigo representado pelo apego às riquezas (CONSELHEIRO, p. 97, 115), e que, como foi visto, garantia a enormidade do amor e da graça de Deus frente às insuficiências humanas.

A suspensão da cópia não travara o contato com os escritos do Apóstolo, não impediu que neles o Conselheiro continuasse a se inspirar. Pelo contrário, o recalco daquele momento haveria de retornar reinterpretado, mais adiante, quando, já nos tempos da guerra travada contra o Belo Monte, Antonio Maciel deixar registrada sua meditação “sobre a república”, no caderno que produziu naquele fatídico 1897, reafirmando a ilegitimidade do regime republicano, o que o torna inalcançado pelo peremptório e totalizante apelo do texto paulino cuja cópiadois anos antes se vira obrigado a suspender, ao lhe haver chegado antecipadamente pela via do desafio autoritário de um missionário hostil (VASCONCELLOS, 2021, p. 99-100).

Quando a supressão demanda emenda

Outra passagem dos *Apontamentos* é altamente sugestiva dos modos e das liberdades que o Conselheiro manifesta no manuseio do texto bíblico, e daqueles

paulinos em particular. Uma curta meditação “sobre a fé” se encerra com uma exortação à paciência perante os sofrimentos, e esta fica ilustrada por uma criativa citação de uma passagem paulina, o fragmento final do capítulo 4 da primeira carta de Paulo aos tessalonicenses. Este texto historicamente se mostrou fundamental na configuração da doutrina sobre o fim dos tempos, da reflexão teológica cristã e do imaginário a esse respeito. Mas o mais intrigante a ser notado é que, por conta de uma importante supressão de dizeres, o que daí resulta no texto conselheirista necessitará de sutil ajuste frente àquele citado, em vistas à coerência do conjunto.

Este arranjo ilustra o desafio maior a requerer a resiliência, a saber, a morte. Lê-se, então, o seguinte: “Sempre devemos estar prontos a suportar sem queixa o que aflige mais a natureza, a ausência, o apartamento, até a morte, lembrando-nos do que diz o Apóstolo” (segue-se a citação, que vai a seguir, em paralelo com o texto bíblico em questão):

“Sobre a fé”	1 Tessalonicenses 4,13-18¹²
<p>Não queremos, meus irmãos, que estejais na ignorância pelo que toca aos falecidos. Para que não vos entristeçais como os outros homens, que não têm esperança. Porque se acreditamos que Jesus Cristo morreu e ressuscitou também Deus ressuscitará com Jesus os que nele tiverem falecido.</p> <p>Digo-vos isto segundo a palavra do Senhor. Nós que vivemos seremos também elevados com Ele nas nuvens, ao encontro de Cristo no meio dos ares, e assim estaremos sempre com o Senhor.</p> <p>Consolai-vos, pois uns aos outros nestas palavras.</p>	<p>E não queremos, irmãos, que vós ignoreis coisa alguma acerca dos que dormem, para que não vos entristeçais como também os outros que não têm esperança.</p> <p>Porque se cremos que Jesus morreu, e ressuscitou: assim também Deus trará com Jesus aqueles que dormiram por ele.</p> <p>Nós, pois vos dizemos isto na palavra do Senhor, que nós outros, que vivemos, que temos ficado aqui para a vinda do Senhor, não preveniremos aqueles, que dormiram. Porque o mesmo Senhor com mandato, e com voz de Arcanjo, e com a trombeta de Deus, descera do Céu: e os que morreram em Cristo, ressurgirão primeiro. Depois nós os que vivemos, os que ficamos aqui, seremos arrebatados juntamente com eles nas nuvens a receber a Cristo nos ares, e assim estaremos para sempre com o Senhor.</p> <p>Por tanto consolai-vos uns aos outros com estas palavras.</p>

Não é difícil perceber no texto paulino citado a matriz fundamental para a elaboração encontrada no caderno assinado pelo Conselheiro: o paralelo é evi-

dente. Mais sugestivo é constatar que, a despeito da introdução “o que diz o Apóstolo” o que se segue não é o que, de acordo com o texto neotestamentário, teria surgido de sua pena. É algo novo que emerge, seja por conta daquilo que é suprimido, seja principalmente quanto ao que daí resulta, para o que não faltará sutil ajuste, como já foi indicado: está-se diante de uma invenção de um novo texto, que desde o início aparece como sendo do “Apóstolo”, não do Conselheiro. Vamos ao detalhamento, em dois pontos:

a) a passagem que não consta na prédica “Sobre a fé” é, na verdade, decisiva para os propósitos do texto paulino, à medida que lhe permitiu colocar a questão do lugar de vivos e de mortos quando da *parusia* do Senhor, tida como algo iminente, tão iminente que o próprio escritor se imagina vivo quando da realização deste evento escatológico assim portentoso. Esta é, efetivamente, uma passagem espinhosa, algo notado desde muito cedo, desde pelo menos quando se escreveu, como se fora de Paulo, uma outra *Carta aos tessalonicenses* (a segunda, na lista do Novo Testamento) destinada a desmentir e desautorizar a anterior, negando-lhe a autoria paulina.

Na tradição teológica subsequente, que teve de lidar com ambos os textos, os contrastes entre um e outro tenderam a ser minimizados e os teores mais espinhosos neles encontrados tiveram seu impacto minimizado ao longo de toda uma história de comentários que sobre eles se fizeram ao longo dos séculos; b) no texto do Conselheiro a supressão feita não produziu efeito apenas em relação ao conteúdo delicado que acabou por ser subtraído, mas estabeleceu a necessidade de uma reconfiguração do texto em vistas a uma nova coerência de seu conjunto. Isto se deu fundamentalmente por uma pequena alteração, que ao final mudou tudo: onde a passagem neotestamentária dizia que os vivos (incluído aí o próprio Paulo) seriam arrebatados junto com *eles*, os mortos ressuscitados para a *parusia*, a revisão conselheirista o arrebatamento (expresso em termos de elevação) se dará na companhia (ou para junto) d'*ele*, ou seja, do Senhor, e disso a expressão seguinte (“ao encontro de Cristo no meio dos ares”) soa como paralelo que reforça a ideia da reunião definitiva da gente fiel com Deus no céu.

E neste rearranjo a própria expressão “nós que vivemos” se vê dotada de nova significação: para Paulo designava as pessoas que ainda não haviam passado pela experiência da morte e que, segundo ele, não a haveriam de experimentar; para o Conselheiro indica aquelas que se mantinham fiéis à fé, aquela

que, enfim, era o objeto da meditação aqui comentada. Enfim, comparados os resultados, salta à vista o radical contraste entre a visão escatológica retumbante e mesmo espetacular que constituía o horizonte e as esperanças de Paulo à época em que escrevia o texto aqui considerado e aquela sóbria expressa no texto conselheirista, sem qualquer traço mais espetaculoso, de um lado, e plenamente concorde com aquilo que qualquer teólogo afinado à doutrina católica tridentina proporia.

Um caminho ao mesmo tempo distante tanto dos extremados anúncios escatológicos próprios às pregações dos missionários ou de um livro como o *Missão abreviada*, de indiscutível sabor jansenista, como dos arroubos milenaristas que costumam ser-lhe atribuídos desde que lhe foram impostos, *post mortem*, pela pena venenosa e equivocada de Euclides da Cunha no fatídico capítulo 4 da parte II d’*Os sertões*(a este respeito ver Vasconcellos, 2016). A meditação pretende incutir em que com ela tome contato a disposição a um enfrentamento sereno do destino que aguarda a cada qual, ou seja, a morte, na confiança de que a salvação concretizada no encontro com Deus no além não é infundada. São, enfim, palavras de conforto que o Conselheiro deixa registradas em seu caderno pessoal, tom este confirmado pelo apelo que finaliza a meditação, citando Paulo textualmente: “Consolai-vos pois uns aos outros nestas palavras”.

Conclusão

O caminho aqui percorrido confirma, com os exemplos trazidos e comentados, que o Conselheiro foi “diligente leitor de Paulo”: e, não sem junto assumir a condição de copista, de leitor se fez autor, citando “o apóstolo em diversas páginas” (BRITO, 2019, p. 125-126). E a questão não se resume à abundância de citações ou alusões, mas avulta, em termos de importância, quando se nota o lugar que este recurso à figura deste líder destacado no cristianismo dos primórdios ocupa na elaboração escrita e, por extensão, na mensagem e no ideário que o Conselheiro terá procurado comunicar à gente que com ele fez o Belo Monte.

Uma visão das coisas que ele procurou ver concretizada no povoado que liderou e que bebeu dos textos paulinos em pelo menos três direções: a da apresentação de um Deus que prima pelo amor inventivo e incondicional pela humanidade; a da problematização do lugar a ser ocupado frente aos poderes instituídos e aos regimes políticos implantados; e a da configuração do horizonte escato-

lógico no qual se projetavam as esperanças de salvação pela qual o Conselheiro dizia ansiar todo o tempo, para si e seu séquito.

Por meio deste homem “biblado” o apóstolo dos gentios fez particular história naquele povoado sertanejo em que a graça divina soava como algo com que se poderia contar, em que as leis da República (representada em figuras como o fazendeiro autoritário e na lógica de um trabalho precarizado produtor de miséria e desalento) foram postas de lado em nome da atenção aos preceitos da lei divina, e em que a esperança de um venturoso porvir após a morte não foi experimentada em oposição a uma invenção do cotidiano em que valores como caridade, justiça e cuidado com a gente necessitada deram a marca.

Referências

A Bíblia Sagrada contendo o Velho e o Novo Testamento. Lisboa: Typografia de José Carlos de Aguiar Vianna, 1852-3, 2v.

ADRIANO FILHO, José. **Combate ao mundo e conquista do paraíso: ficção e alegoria no Compêndio Narrativo do Peregrino da América.** Tese (doutorado em Teoria e História Literária). Campinas: UNICAMP, 2013.

BRITO, Pedro Andrade Corrêa de. Giorgio Agamben no sertão de Canudos. In: **Controvérsia.** São Leopoldo, v. 15, n. 3, 2019. pp.117-138.

CALASANS, José. Belo Monte resiste. In: **Revista da Bahia.** Salvador, n. 22, 1997. pp. 10-21.

CONSELHEIRO, Antonio. **Apontamentos dos preceitos da divina lei de nosso senhor Jesus Cristo, para a salvação dos homens.** São Paulo: É Realizações, 2017 (v.1 do *Box Antonio Conselheiro por ele mesmo*, organizado por Pedro Lima Vasconcellos).

CUNHA, Euclides da. **Os sertões: campanha de Canudos.** São Paulo: Ateliê/Imprensa Oficial do Estado/Arquivo do Estado, 2001.

MARCIANO, João Evangelista de Monte. **Relatório apresentado pelo reverendo frei João Evangelista de Monte Marciano, ao arcebispado da Bahia, sobre Antonio Conselheiro e seu séquito no arraial dos Canudos.** Salvador: Centro de Estudos Baianos, 1987.

OTTEN, Alexandre. **“Só Deus é grande”:** a mensagem religiosa de Antonio Conselheiro. São Paulo: Loyola, 1990.

PERES, Fernando da Rocha. Fragmentária. GALVÃO, Walnice Nogueira; PERES, Fernando da Rocha. **Breviário de Antonio Conselheiro.** Salvador: EdUFBA, 2002.

SILVA, Cândido da Costa e. **Roteiro da vida e da morte: um estudo do catolicismo no sertão da Bahia.** 2. ed., Salvador: Sagga, 2017.

TAVARES, Odorico. **Canudos**: cinquenta anos depois (1947). Salvador: Fundação Cultural do Estado, 1993.

VASCONCELLOS, Pedro Lima. **O Belo Monte de Antonio Conselheiro**: uma invenção “biblada”. Maceió: EdUFAL, 2015.

VASCONCELLOS, Pedro Lima. Rever o passado para estigmatizar um presente incômodo: Montano e outros “heresiarcas” do século II no olhar de Euclides da Cunha sobre Antonio Conselheiro. In: **Crítica histórica**. Maceió: UFAL, n. 14, 2016.

VASCONCELLOS, Pedro Lima. **Arqueologia de um monumento**: os apontamentos de Antonio Conselheiro. São Paulo: É Realizações, 2017 (v. 2 do *Box Antonio Conselheiro por ele mesmo*, organizado por Vasconcellos).

VASCONCELLOS, Pedro Lima. **Missão de guerra**: capuchinhos no Belo Monte de Antonio Conselheiro. 2. ed. Maceió: EdUFAL, 2021.

¹ Extraio o texto bíblico de uma edição bilingue produzida nos anos 1850, eventualmente a conhecida do Conselheiro e por ele utilizada (ver bibliografia).

Recebido em 01/09/2021

Aceito para publicação em 01/10/2021